

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.216 - MS (2019/0296911-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ELIAS CESAR KESROUANI - MS004378
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : ODAIR BARBOSA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ODAIR BARBOSA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (Apelação n. 0039182-87.2017.8.12.0001).

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso nos arts. 163, inc. II e 147, ambos do Código Penal (dano qualificado e ameaça), sobrevivendo sentença que o condenou à pena de 2 meses de detenção pela ameaça e à pena de 1 ano de detenção, pelo dano qualificado.

A defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido, nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 287/295):

EMENTA- APELAÇÃO CRIMINAL - RECURSO DEFENSIVO - AMEAÇA E DANO QUALIFICADO EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - PENA-BASE REDIMENSIONADA - PERCENTUAL DE AUMENTO DE PENA PELA APLICAÇÃO DE AGRAVANTE REVISTO - APLICAÇÃO DA ATENUANTE DE CONFISSÃO ESPONTÂNEA IMPOSSIBILIDADE - REDUÇÃO DO QUANTUM DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

A exasperação da conduta social deve ser afastada sempre quando fundada em suposições ou elementos que não demonstrem efetivamente a inadequação comportamental do agente na convivência familiar, na comunidade ou no trabalho.

Embora não exista um patamar legiferante para aplicação das agravantes e atenuantes, o quantum mais utilizado pelos Tribunais Superiores é de 1/6 (um sexto) para cada circunstância, em atenção à

Superior Tribunal de Justiça

proporcionalidade e razoabilidade.

A despeito do apelante ter confessado o delito de ameaça em juízo, sua confissão não foi utilizada como elemento de convicção na r. sentença, uma vez que a autoria delitiva já era evidente.

O valor arbitrado para indenização por danos morais é mínimo, devendo ser reduzido quando se mostra excessivo.

No presente *writ*, o impetrante alega constrangimento ilegal decorrente do não reconhecimento da confissão espontânea em favor do paciente, devendo ser atenuante considerada mesmo quando se tratar de confissão qualificada.

Requer, assim em liminar, a suspensão dos efeitos do acórdão até o julgamento do presente *writ* e, no mérito, a aplicação da atenuante da confissão espontânea.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

